

Para Sarney, negociação deve seguir 'interesse nacional'

Janio de Freitas

Dinheiro falso

Os C\$ 8 bilhões destinados à Ferrovia Norte-Sul no orçamento elaborado pelo governo para 88, a ser examinado pelo Congresso, não configuram os gastos pretendidos com a ferrovia no ano que vem, mas tão só um truque com a finalidade de levar o Congresso a dar seu reconhecimento à Norte-Sul.

A importância foi fixada aleatoriamente, de maneira a que sua inexpressividade no conjunto do orçamento contradissesse a objeção mais comum à Norte-Sul, que é a de onerar pesadamente os gastos governamentais sem o correspondente benefício econômico nas próximas duas décadas. Após sua palestra sobre transportes na Escola Superior de Guerra, na terça-feira, o ministro José Reinaldo Tavares deu uma prévia do argumento incluído no ardid do governo: "A Norte-Sul vai consumir apenas 0,25% do orçamento da União e isso corresponde a 3,7% do orçamento do Ministério dos Transportes". E entrou com dados de produção agrícola da região, "em pouco tempo", ainda mais fictícios do que os 8 bi.

O custo oficial —que não deve ser tomado como previsão confiável— é de 2 bilhões e 440 milhões de dólares, que vêm a ser aproximadamente C\$ 108 bilhões. Antes que a ferrovia adquirisse o status de escândalo nacional, o plano do governo era realizar a obra em dois anos e nove meses, entre junho de 87 e março de 90, quando se encerraria o mandato que, estava convicto o presidente Sarney, seria adotado pela Constituinte premiada entre os seis da atual Constituição e os quatro não reivindicados. Ocorrido o escândalo e forçada o governo a adiar a obra, suas novas elucubrações prevêm a cons-

trução de 2/3 da ferrovia entre janeiro próximo e março de 90. Para o que investiria na obra cerca de C\$ 36 bilhões em 88 e outro tanto em 89.

Os C\$ 8 bilhões apresentados ao Congresso no orçamento são, pois, apenas 22%, nem um quarto do exigido pela meta do governo para 88. A restringir-se ao gasto da verba orçamentária, o governo construiria apenas 7% da ferrovia em um ano, em vez dos pretendidos 30 a 35%. Não pelas qualidades que lhe atribuem o presidente Sarney e o ministro José Reinaldo, mas pela ledeza, seria mesmo a obra do século.

Dai a solução praticada: pequena parte da verba necessária entra no orçamento, para conquistar a chancela do Congresso à ferrovia, e o restante, em torno de C\$ 28 bilhões, chegaria à Norte-Sul pelo método das transferências de verba, já que no orçamento de um ministério podem figurar verbas para projetos que não têm início ou estão superestimados e, depois, serem transferidas. Não há mesmo controle de destinação das verbas aprovadas.

Por sinal que veio muito a propósito este assunto das verbas. Está fazendo precisamente um mês que a Valec prometeu, de público, demonstrar em 24 horas que seus preços "são defensáveis". Iria, assim, contestar as provas, aqui expostas, de que os preços estabelecidos pelo governo para a Norte-Sul dariam para construir duas delas, tomando-se os preços de outros contratos firmados pelo próprio governo; ou quatro, segundo os valores de contratos baseados na tabela estadual Emop.

Sejam pacientes. A Valec não está habituada a acertar assim públicos, que qualquer um pode saber.



O presidente Sarney em seu gabinete, no momento em que recebia jornalistas

O presidente José Sarney disse ontem, em conversa informal com os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, que tem o dever de participar das negociações sobre o sistema de governo a ser fixado pela nova Constituição, e que nesses entendimentos defende apenas o que considera ser de "interesse nacional".

Sarney argumentou que "não podemos jamais pensar que se pode mudar o sistema de governo de um país, com a profundidade com que o debate está sendo feito, sem que o presidente da República, que exerce por dever uma liderança política, não tenha uma participação". Mas ressaltou: "Eu acho que não posso de maneira nenhuma participar de qualquer negociação que não seja aquela do interesse nacional".

A conversa dos jornalistas com o presidente Sarney foi rápida. Com o encontro, fora da agenda, Sarney preferia apenas cumprimentar os jornalistas pelo Dia da Imprensa, e acabou dando a entrevista. No começo da conversa o presidente aparentava tensão, mas acabou se descontraído. Indagado por um repórter sobre o seu estado de saúde, respondeu: "No Maranhão, depois dos 50 (anos) não se pergunta a alguém como está de saúde. Pergunta-se onde é que dói".

A Secretária de Imprensa da Pre-

sidência da República divulgou ontem nota oficial pela passagem do Dia da Imprensa. Sarney diz em sua nota que "o direito à liberdade de imprensa é um direito inalienável do cidadão".

Cabral

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, sugeriu ontem ao presidente José Sarney que se reúna nos próximos dias com os três representantes do "grupo parlamentarista" em busca de uma posição consensual sobre o sistema de governo a vigorar na nova Constituição. "Ele disse que ia meditar sobre isso", afirmou Cabral, que esteve com Sarney das 14h30 às 15h30, no Palácio do Planalto.

Cabral sugeriu o nome de outros três constituintes favoráveis ao sistema parlamentarista para incluir no grupo de negociação. Embora não tenha informado quem são os parlamentares, Cabral disse, durante a entrevista coletiva, que os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) têm boas propostas sobre o assunto.

Se não houver um consenso entre as propostas dos constituintes e a do presidente Sarney, Cabral disse que vai manter o texto atual de seu substitutivo, que estabelece um sistema parlamentarista, com eleição direta para a Presidência, baseado numa emenda do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Até domingo à noite, o relator admite fazer mudanças no texto, podendo ter um novo encontro com Sarney.

Álvaro Dias não crê em consenso

O governador do Paraná, Álvaro Dias, 42, disse ontem, após audiência com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que dificilmente o Congresso constituinte chegará a um consenso em relação ao sistema de governo. "Essa questão será definida no voto. Voto a voto." Dias propõe um mandato presidencialista para o sucessor de Sarney e, somente depois, a adoção do parlamentarismo.

O governador acredita que a opção de Sarney irá influenciar o Congresso, já que a posição do presidente "tem grande poder de pressão no momento de definirmos a forma de governo". Sarney, segundo Dias, insiste na emenda Theodor Mendes (PMDB-SP), que prevê presidencialismo com Congresso fortalecido.

O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), 37, que defende a implantação gradual do parlamentarismo, disse a Sarney, em um encontro mantido ontem, que é a favor do entendimento "para que o país encontre a fórmula de administração capaz de gerar tranquilidade". Sarney ouviu, segundo ele, sem opinar.

Lobistas rompem isolamento de Cabral

Uma caravana de dezesseis secretários estaduais da Fazenda, transportados por um ônibus de turismo, e um grupo de quase vinte constituintes de esquerda quebraram o pretendido isolamento do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, no Instituto Israel Pinheiro, a 25 km do Congresso Nacional. Para tentar redigir seu novo substitutivo, Cabral resolveu cancelar estas reuniões e, a partir de hoje, isolar-se de todos.

"Preciso da compreensão de todos. Vou trabalhar sozinho fora de Brasília", afirmou Cabral, nervoso e irritado com as dezenas de pedidos de "audiências" que lhe eram dirigidos por lobistas e parlamentares. Apenas no domingo, o relator volta a se reunir com os quatro relatores-adjuntos do PMDB e com o deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), seu amigo pessoal, para definir o texto final.

"Aparelho"

Insatisfeitos com as reuniões isoladas de Cabral com os líderes peemedebistas e com relatores "informais" de perfil de centro-direita, os constituintes de esquerda formalizaram suas queixas a Cabral. "Derrubamos

o aparelho", disse o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA).

"Está havendo uma articulação de centro-direita para direcionar o substitutivo. Acho que ele deveria estar fazendo sozinho o substitutivo", disse o deputado José Genoino (PT-SP), que carregava um bloco de emendas sobre trinta pontos da nova Constituição a ser apresentado ao relator. Genoino disse que cerca de cem parlamentares apóiam estas emendas.

Transportados por um microônibus da Câmara dos Deputados, os constituintes esperaram por Cabral quase duas horas. Foi o tempo suficiente para que Haroldo Lima e o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), que vem participando como relator das reuniões no instituto, brigassem. No momento em que Adolpho Oliveira tentava conter a exaltação do grupo de esquerda, Bevilacqua irritou-se com o tom de voz de Haroldo Lima, dando início a uma discussão. Quem apartou a briga foi Genoino.

Enquanto Cabral conversava com o grupo de esquerda, os secretários estaduais da Fazenda enumeravam suas reivindicações. Eles queriam que a nova proposta de Sistema

Tributário passasse a vigorar em 1º de julho de 1988. Mas os relatores confirmaram a data de 1º de janeiro de 1989. "Precisamos melhorar a arrecadação", disse José Machado de Campos Filho, secretário paulista.

O deputado José Serra (PMDB-SP), responsável pela elaboração dos artigos referentes ao Sistema Tributário, confirmou que a segunda revidicação dos secretários será atendida na nova Constituição. Será extinta a isenção fiscal, estabelecida pela União, para vários setores econômicos, como o de transportes. "Isso foi para o espaço", disse Serra.

Delegados

Depois de conversar com os constituintes de esquerda, Cabral recebeu o bloco de emendas e marcou um segundo encontro para a próxima segunda-feira (véspera da entrega de seu substitutivo). Logo após esta reunião, Cabral tentou retornar ao trabalho de elaboração do substitutivo, mas foi cercado por delegados da Polícia Civil. Eles são contrários à designação do Ministério Público como supervisor das investigações policiais e dos Inquéritos Policiais Militares (IPM).

Parlamentaristas divergem sobre prazo de implantação

Os parlamentaristas de todos os partidos no Congresso constituinte já estão unidos em torno da emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), de centro, mas se dividem quanto aos prazos para a implantação do novo sistema de governo. A emenda Nelson Carneiro dá ao presidente da República várias atribuições de chefe de governo e mais a possibilidade de indicar por duas vezes o primeiro-ministro. Na terceira, a atribuição passa para o Congresso, desde que se imponha um nome com apoio de dois terços do Parlamento.

Os senadores José Richa (PMDB-PR), centro, e Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita, e os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), centro-direita, e Cid Carvalho (PMDB-MA), centro-esquerda, consideram inevitável um prazo de dois anos de implantação, com seis anos de mandato para o presidente José Sarney. Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), centro-esquerda, o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), centro-esquerda, e to-

dos os grupos de esquerda, este prazo é longo demais.

Fogaça

O senador Fogaça apresentou uma emenda às disposições transitórias estabelecendo o seguinte cronograma: 1) promulgada a nova Constituição, uma comissão seria designada para preparar a transição para o novo sistema de governo, até junho de 1988; 2) em junho de 1988, o presidente Sarney indicaria um primeiro-ministro e formaria um gabinete. Este gabinete, durante seis meses, não estaria sujeito a votos de desconfiança por parte do Congresso; 3) em janeiro de 1989, o parlamentarismo passaria a funcionar plenamente, com a possibilidade de votos de desconfiança e com o presidente da República na condição de chefe de Estado.

Para o deputado Cid Carvalho, a fórmula de José Fogaça inviabiliza a ideia do sistema parlamentarista, porque o governo usaria toda a sua força de pressão para impor o presidencialismo.

'Marajás' - O secretário de Programas de Governo de São Paulo, Alberto Goldman, anunciou ontem, durante sessão da CEI da Assembléia Legislativa que apura a existência de "marajás" no serviço público, que o governador Orestes Quécia assinou um decreto criando o Cadastro Geral do Estado, com o objetivo "de centralizar todas as fontes pagadoras do serviço público". Ele disse que Quécia assinou também, há dois meses, um decreto que transfere para a Secretaria da Fazenda a incumbência de calcular os reajustes salariais dos oficiais da PM. Goldman defendeu ainda a proposta de emenda à Constituição Estadual enviada ontem à Assembléia, que estabelece limites de retribuição salarial dos servidores e piso de C\$ 6 mil, além de proibir a aplicação da incidência recíproca nos cálculos de reajustes.



O senador José Fogaça (PMDB-RS)

Relator-substituto defende sistema parlamentarista

O relator-substituto da Comissão de Sistematização, senador José Fogaça (PMDB-RS), de centro-esquerda, se destaca no Congresso constituinte pela sua atuação em defesa do parlamentarismo. Indicado para o cargo pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) na última quarta-feira, Fogaça acompanha a defesa de emendas na comissão, anotando informações encaminhadas diariamente a Cabral. "É um trabalho de observação, relato e encaminhamento de propostas", diz.

Ele foi eleito deputado estadual em 1979, com 60 mil votos, e como deputado federal em 1983. Nas eleições do ano passado, conseguiu chegar ao Senado com 1.511.697 votos —número superior ao de todos os demais candidatos ao cargo no Rio Grande do Sul. Sempre concorrendo pelo PMDB, Fogaça diz alinhar-se aos setores "históricos" do partido. "O partido que pretendo constituir não fica sem Pedro Simon, Ulysses Guimarães e Cristina Tavares." Afirma defender a retomada do projeto político do partido numa linha socialista.

Ex-relator da Subcomissão do Poder Executivo, Fogaça protagonizou a proposta do neoparlamentarismo —na qual o presidente mantinha alguns de seus poderes. Ele escreveu dois livros: "Uma Geração Amordaçada" e "Aprendizes da Esperança" (coletânea musical).

OAB defende liberdade profissional na Carta

Do enviado especial a Brasília

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, defendeu ontem a manutenção, pela futura Constituição, do princípio da liberdade profissional, nos termos em que ele está formulado pelo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Pelo princípio, que teria entre suas consequências o abandono da exigência do diploma específico para o exercício do Jornalismo, a lei "não poderá impedir o livre exercício de profissões vinculadas à expressão direta do pensamento, das letras e das artes", prevendo o regime de exclusividade apenas para atividades

que impliquem "risco à saúde física ou mental, à liberdade, ao patrimônio ou à incolumidade pública".

Márcio Thomaz Bastos disse que esta é também a posição da OAB, favorável ao preavaliamento dos interesses gerais sobre eventuais interesses corporativos. A seu ver a redação do relator é a ideal porque fixa um princípio genérico, sem descer a detalhes, como um possível recenseamento de carreiras que seriam resguardadas pela reserva do mercado profissional. Caso isso ocorresse, o substitutivo e a própria Constituição dele resultante "não teriam a nobreza jurídica" necessária, afirmou, já que entrariam num campo reservado à legislação ordinária.

Ele também diz ter presenciado, em Brasília, pressões para que o princípio seja suprimido do novo substitutivo que será anunciado na próxima semana. "As pressões são legítimas em qualquer processo constituinte, caracterizando-se, mesmo, como uma das essências da democracia, já que são elas que permitem o entrecruço de interesses". Isso, porém, não se aplica em sua opinião a todos os casos —como especificamente este—, em que os profissionais interessados tendem a fazer com que a Constituição seja "um produto final deformado".

O presidente da OAB disse que sua entidade pode formular tais críticas "com alívio", porque não sucumbiu à tentação de influir para que a

Constituição incorporasse interesses corporativistas dos advogados. "Muito pelo contrário, quando soubemos que havia um movimento para que eles fossem beneficiados por um foro especial, fomos os primeiros a procurar o relator Bernardo Cabral para pedir que a ideia fosse retirada do substitutivo", afirmou. A OAB continua apenas defendendo a inviolabilidade no exercício da profissão, "não como um privilégio, mas como o reconhecimento do direito de defesa".

Para Márcio Thomaz Bastos, num campo amplo como o da liberdade de expressão, a Constituição deve se afastar de qualquer tentação corporativista de jornalistas ou outros profissionais da área. (JBN)

Organizadores esperam 10 mil para o comício

Da Sucursal de Porto Alegre

Os organizadores do comício pela antecipação das eleições presidenciais para 1988, que se realizará hoje à noite em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS), zona central da cidade, esperam reunir de oito a dez mil pessoas no evento, que será realizado em frente à Prefeitura Municipal, no centro da cidade. Ontem, estavam sendo apresentadas como certas as participações do ex-governador do Rio e presidente nacional do PDT, Leonel Brizola; do deputado Luis Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT; do líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas (SP); do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE); e do presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli.

O comício, que começará às 18h30, contará ainda com a presença do prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares (PDT), do presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Algir Lorenzon (PMDB) e do senador gaúcho José Paulo Bisol (PMDB). Integrantes do Comitê Pró-Diretas, que promove o comício, disseram que encontraram dificuldades na divulgação do evento, devido à pequena estrutura de que dispunham. As lideranças nacionais serão as últimas a falar, aproximadamente entre as 21h e as 22h.

Logo após às 12h de hoje, quando já deverão estar montados o palanque e a aparelhagem de som, se abrirá uma tribuna livre que se prolongará até às 17h. Das 17h às 18h30, haverá um "show" musical com artistas gaúchos.



Brizola acelera campanha para Presidência

MARCELO BERABA
Diretor da Sucursal do Rio

O ex-governador Leonel Brizola decidiu, mesmo diante do iminente fracasso da campanha pela antecipação da eleição para presidente da República, acelerar sua própria campanha para a Presidência. Sua estratégia neste momento tem dois objetivos principais: ampliar ao máximo o contato direto com a população e organizar o apoio que vem recebendo em comissões eleitorais.

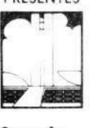
Ele participa hoje do comício de Porto Alegre (RS), o sexto promovido pela campanha pela antecipação da eleição para presidente, com um trunfo nas mãos: a pesquisa que o Ibope fez em julho em trezentas cidades de 23 Estados mostra que se a eleição fosse hoje ele a disputaria, palmo a palmo, com o ministro Aureliano Chaves (PFL), das Minas e Energia, e um representante do PMDB de São Paulo, que pode ser o senador Mário Covas, o ex-governador Franco Montoro ou o atual governador Orestes Quécia. Hoje, no palanque, ele voltará a defender,

junto com a antecipação da eleição, o sistema presidencialista, o que o colocará mais uma vez em confronto com os militantes do PC do B, que participam da campanha mas defendem o parlamentarismo.

Nas viagens que fez ao Nordeste para participar dos comícios de Caruaru e Recife (em Pernambuco), Maceió (AL) e Aracaju (SE), Brizola levou para as ruas a campanha para a Presidência, reeditando seu estilo populista de fazer política. O deputado federal César Maia (PDT-RJ), que o acompanhou nestas viagens, informou que Brizola dispensou um avião que tinha à sua disposição em Recife e preferiu percorrer num furgão os 120 quilômetros que separam aquela cidade de João Pessoa (PB). No caminho, parou na cidade de Goiana (PE) e num vilarejo de meio de estrada. Antes de seguir para os hotéis onde se hospedou, Brizola percorre as ruas cumprimentando as pessoas e sempre para em barracas de camelôs para conversar e às vezes comer uma fruta. Faz parte da sua estratégia evitar as

salas VIPs dos aeroportos e se misturar nas salas de espera.

Brizola recebeu do próprio Ibope a pesquisa feita em julho e que o coloca em na disputa pela Presidência. De acordo com a pesquisa, 83% das pessoas ouvidas (mais de 4 mil, segundo o Ibope) o conhecem e, deste universo, 28,9% votariam nele com certeza, 18,1% poderiam votar nele mas não têm certeza, 7,2% provavelmente não votariam nele e 45,8% com certeza não votariam nele. Aureliano Chaves é conhecido de 78% dos ouvidos, dos quais 20,5% votariam nele com certeza, 30,1% poderiam votar nele mas não têm certeza, 10,3% provavelmente não votariam nele e 41% com certeza não votariam nele. No PMDB, quem ocupa melhor posição é o ex-governador Franco Montoro, conhecido de 73% dos entrevistados, dos quais 17,8% votariam nele com certeza, 30,1% poderiam votar nele mas não têm certeza, 9,6% provavelmente não votariam nele e 42,5% com certeza não votariam nele. O diretor do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, confirmou os dados da pesquisa.

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
 Congresso constituinte	não houve sessão
 Senado	não houve sessão
 Câmara dos Deputados	não houve sessão
 6 Assembléia Legislativa	78
 17 Câmara Municipal	16